

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações financeiras
(controladora e consolidado)
em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	6
Balancos patrimoniais (controladora e consolidado)	11
Demonstrações dos resultados (controladora e consolidado)	12
Demonstrações dos resultados abrangentes (controladora e consolidado)	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)	14
Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)	15
Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidado)	17

Relatório da administração

(Em milhares de Reais)

1. Mensagem da administração

A administração da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia") em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração e as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

2. A Companhia

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcios.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. ("Triângulo") e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Vila do Conde").

A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo") possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A com 51% e a Pasterze Investments Holding B.V com 49%.

3. Principais acontecimentos no exercício

(a) Disponibilidade da linha de transmissão

A disponibilidade da linha de transmissão das controladas Vila do Conde e Triângulo em 31 de dezembro de 2023 foi de 99,97% e 100% respectivamente.

(b) Liquidação da 1ª Emissão de debêntures

Durante o exercício findo em 2023 foram pagos R\$ 337.305 de principal, sendo R\$ 26.555 em 12 de maio de 2023 e R\$ 310.750 em 31 de outubro de 2023 e R\$ 42.883 de juros, sendo R\$ 23.049 em 12 de maio de 2023 e R\$ 19.833 em 31 de outubro de 2023.

Em 31 de outubro de 2023, a Companhia efetuou o resgate antecipado facultativo da totalidade das debêntures e pagou R\$ 46 referente ao prêmio de resgate antecipado.

(c) 2ª emissão de debêntures

No dia 19 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 350.000 que foram destinadas ao resgate das debêntures da 1ª emissão, pagamento de custos da 2ª emissão e reforço de caixa. A liquidação da emissão ocorreu em 24 de outubro de 2023.

Sobre o saldo devedor incidem juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida de spread de 1,05% ao ano.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos dias 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 19 de abril de 2024 e o último na data de vencimento em 19 de outubro de 2025, e o principal será amortizado integralmente em uma única parcela na data de vencimento em 19 de outubro de 2025.

(d) Pagamento de dividendos

Durante o exercício a Companhia efetuou pagamento de dividendos para a sua controladora no valor de R\$ 62.644 referente a dividendos.

(e) Recebimento de dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia recebeu de suas controladas o montante de R\$ 143.808 de dividendos, sendo da Triângulo R\$95.021, e R\$ 48.787 da Vila do Conde.

(f) Resolução homologatória para o ciclo 2023-2024

A RAP da Triângulo e da Vila do Conde para o ciclo 2023-2024 foi de R\$ 109.562 e R\$ 64.935, respectivamente.

(g) Auditores independentes

A PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada pela Companhia para a prestação de serviços de auditoria das suas demonstrações financeiras. Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os honorários dos auditores independentes totalizaram R\$ 157. No referido exercício não foram prestados serviços relacionados a trabalhos de não auditoria.

A contratação dos auditores independentes é de competência do Conselho de Administração, onde a política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras se fundamenta em evitar a existência de conflitos de interesse e em manter a preservação da independência do auditor.

4. Governança corporativa

As práticas de governança da Companhia buscam fornecer informações aos seus acionistas com qualidade e transparência.

(a) Diretoria

A Companhia é administrada por 3 (três) diretores, com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição, sendo eleitos pelo Conselho de Administração.

(b) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, funcionando de forma não permanente, será instalado nos exercícios sociais em que for convocado mediante deliberação dos acionistas. Quando instalado, será composto por 3 (três) membros e por igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral. Compete aos membros do Conselho Fiscal as atribuições e os poderes conferidos em lei.

(c) Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por 3 (três) membros efetivos para o exercício de mandato unificado de 03 (três) anos, sendo eleitos em assembleia geral de acionistas. Compete aos conselheiros, entre outros, eleger e destituir a Diretoria, fiscalizar a gestão de diretores, examinar os livros, papéis e relatórios gerenciais da Companhia, solicitar informações sobre contratos firmados, fixar a orientação geral dos negócios e para a administração da Companhia.

5. Declaração da Diretoria

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, os membros da diretoria, declaram que revisaram, discutiram e concordam acerca das demonstrações financeiras (controladora e consolidado) da Companhia e com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

6. Relacionamento com os auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação de serviços de revisão e auditoria externa para a Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

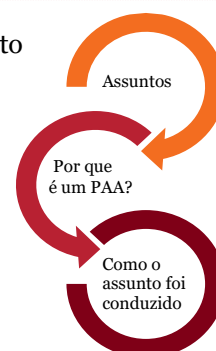
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do Ativo de contrato e correspondente Receita de remuneração do ativo de contrato (Notas 8.3, 12 e 22) O Ativo de contrato no valor de R\$ 687.386 mil refere-se ao direito das controladas LT Triângulo S.A. e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. à contraprestação em decorrência do cumprimento das obrigações de desempenho relacionadas a construção das infraestruturas de transmissão de energia dos seus respectivos contratos de concessão, e a operação e manutenção dessas estruturas. A mensuração do ativo requer o exercício de julgamento por parte da administração sobre o critério de apuração e remuneração do ativo. Adicionalmente, por se tratar de contratos de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos futuros, também requer o uso de julgamento por parte da administração para a mensuração do seu valor presente, bem como na determinação das margens de lucro esperadas para cada obrigação de performance identificada. Consideramos essa área como foco de auditoria, pois a utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente o valor do ativo mensurado pela Companhia.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a avaliação do ambiente de controles internos relacionados com o processo de mensuração do Ativo de contrato. Efetuamos a leitura dos contratos de concessão e respectivos aditivos para identificação das obrigações de performance e entendimento das condições pactuadas nos contratos de concessão. Efetuamos teste de consistência dos dados informados da Receita Anual Permitida ("RAP") nos controles auxiliares da Companhia com os dados constantes nos contratos de transmissão. Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais e financeiras utilizadas pela administração, incluindo a determinação das margens de lucro e das taxas de desconto aplicadas, e a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxo de caixa. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 17 de fevereiro de 2023, sem ressalvas.

Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

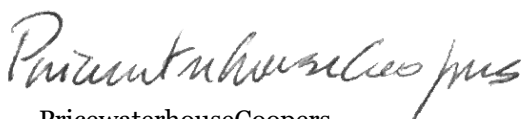
Celeo Redes Transmissão de Energia S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2024



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Patricio Marques Roche
Contador CRC 1RJ081115/O-4

Balanços patrimoniais (controladora e consolidado)

Em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa		104	143	277	317
Títulos e valores mobiliários	10	58.651	8.266	106.259	66.212
Concessionárias e permissionárias	11	-	-	17.362	20.809
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	26 (a)	39.876	46.176	-	-
Ativo de contrato	12	-	-	84.120	146.393
Impostos e contribuições a recuperar	13	13.698	12.767	14.175	13.126
Outros ativos		284	284	18.051	19.363
Total do ativo circulante		112.613	67.636	240.244	266.220
Ativo de contrato	12	-	-	603.266	598.811
Total do realizável a longo prazo		-	-	603.266	598.811
Investimento	14 (a)	541.644	595.761	-	-
Imobilizado e Intangível		-	-	8.698	8.696
Total do imobilizado + intangível + investimento		541.644	595.761	8.698	8.696
Total do ativo não circulante		541.644	595.761	611.964	607.507
Total do ativo		654.257	663.397	852.208	873.727
Fornecedores		3.410	2.398	4.865	4.430
Debêntures	15	6.733	340.327	6.733	340.327
Salários e encargos a pagar		-	-	1.294	1.546
Imposto de renda e contribuição social a recolher	16	-	-	17.370	18.637
Outros impostos e contribuições a recolher		1.833	2.455	6.175	4.924
Pis e Cofins diferidos	17	-	-	5.693	11.167
Dividendos	26 (c)	8.980	23.994	8.980	23.994
Encargos setoriais		-	-	10.824	9.549
Contas a pagar		1.257	1.405	1.257	1.405
Outros passivos		75	74	2.171	2.000
Total do passivo circulante		22.288	370.653	65.362	417.979
Debêntures	15	349.043	-	349.043	-
Pis e Cofins diferidos	17	-	-	38.946	39.306
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	-	-	115.931	123.698
Total do passivo não circulante		349.043	-	503.920	163.004
Total dos passivos		371.331	370.653	569.282	580.983
Capital social	20 (a)	85.600	85.600	85.600	85.600
Reserva de lucros	20 (b)	197.326	207.144	197.326	207.144
Total do patrimônio líquido		282.926	292.744	282.926	292.744
Total do passivo e patrimônio líquido		654.257	663.397	852.208	873.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	22	-	-	134.021	154.546
Pessoal		-	-	(11.806)	(10.142)
Material		-	-	(1.197)	(1.074)
Serviços de terceiros	23 (a)	-	-	(15.208)	(17.399)
Outros		-	-	(2.126)	(1.666)
Custos operacionais		-	-	(30.337)	(30.281)
Lucro bruto		-	-	103.684	124.265
Pessoal		-	-	(1.025)	(790)
Serviços de terceiros	23 (b)	(641)	(265)	(6.811)	(6.725)
Provisão para perda esperada de crédito	11	-	-	(2.087)	-
Outros		(53)	(59)	(1.141)	(1.403)
Despesas operacionais		(694)	(324)	(11.064)	(8.918)
Resultado antes do resultado financeiro		(694)	(324)	92.619	115.347
Receitas financeiras		2.249	6.945	10.799	13.873
Despesas financeiras		(48.935)	(52.192)	(49.394)	(53.218)
Resultado financeiro	24	(46.686)	(45.247)	(38.595)	(39.345)
Resultado de equivalência patrimonial	14 (a)	85.192	99.817	-	-
Resultado antes dos impostos		37.812	54.246	54.025	76.002
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(23.980)	(25.093)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	7.767	3.337
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	(16.213)	(21.756)
Lucro líquido do exercício	21	37.812	54.246	37.812	54.246
Resultado por ação					
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)	21	0,44	0,63	0,44	0,63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	37.812	54.246
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	37.812	54.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado								
	Nota	Reservas de lucros						
		Capital Social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Retenção de lucros	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		85.600	8.296	157.120	366	32.246	-	283.627
Aprovação de dividendos adicionais propostos	20 (b)	-	-	-	-	(32.246)	-	(32.246)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.246	54.246
Reserva legal	20 (b)	-	2.713	-	-	-	(2.713)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20 (b)	-	-	-	-	-	(12.883)	(12.883)
Dividendo adicional proposto	20 (b)	-	-	-	-	38.650	(38.650)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		85.600	11.009	157.120	366	38.650	-	292.744
Pagamento de dividendos adicionais	26 (c)	-	-	-	-	(38.650)	-	(38.650)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	37.812	37.812
Reserva legal	20 (b)	-	1.891	-	-	-	(1.891)	-
Dividendo mínimo obrigatório	20 (b)	-	-	-	-	-	(8.980)	(8.980)
Dividendo adicional proposto	20 (b)	-	-	-	-	26.941	(26.941)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		85.600	12.900	157.120	366	26.941	-	282.926

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		37.812	54.246	37.812	54.246
Ajustes para:					
- Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(7.767)	(3.337)
- Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	23.980	25.093
- PIS e COFINS diferidos	17	-	-	(5.834)	(4.658)
- Títulos e valores mobiliários - rendimento	24	(2.249)	(6.945)	(10.799)	(13.873)
- Equivalência	14 (a)	(85.192)	(99.817)	-	-
- Juros e custo de transação das debêntures	24	47.941	49.751	47.941	49.751
- Juros do mútuo	26 (b)	-	(2.094)	-	-
- Remuneração do ativo de contrato	12	-	-	(88.574)	(94.602)
		(1.688)	(4.859)	(3.241)	12.620
Variações em:					
- Concessionárias e permissionárias		-	-	3.447	(2.022)
- Ativo de contrato		-	-	146.391	140.030
- Impostos e contribuições a recuperar		(932)	(2.023)	(1.049)	(906)
- Outros ativos		-	-	1.312	(4.753)
- Fornecedores		1.013	402	435	629
- Salários e encargos a pagar		-	-	(252)	(729)
- Impostos e contribuições a recolher		1.178	3.122	(3.233)	(3.776)
- Encargos setoriais		-	-	1.275	1.067
- Contas a pagar		(148)	(550)	(148)	(550)
- Outros passivos		2	3	168	(3.694)
Caixa (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(575)	(3.905)	145.105	137.916
Impostos e contribuições pagos		-	-	(20.762)	(25.238)
Debêntures - pagamento de juros	15	(42.883)	(45.693)	(42.883)	(45.693)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais		(43.458)	(49.598)	81.460	66.985
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários - aplicações		(850.126)	(94.184)	(1.015.163)	(258.282)
Títulos e valores mobiliários - resgates		801.990	99.959	985.915	313.876
Imobilizado e intangível		-	-	2	-
Mútuos - recebimentos	26 (b)	-	38.818	-	-
Dividendos recebidos	26 (a)	143.808	132.364	-	-
Caixa gerado (utilizado) nas atividades de investimento		95.672	176.958	(29.246)	55.595
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de debêntures	15	350.000	-	350.000	-
Custo de transação debêntures	15	(2.304)	-	(2.304)	-
Debêntures - pagamento de principal	15	(337.305)	(50.850)	(337.305)	(50.850)
Dividendos pagos	26 (c)	(62.644)	(76.459)	(62.644)	(76.459)
Caixa líquido (utilizado) nas atividades de financiamento		(52.253)	(127.309)	(52.253)	(127.309)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes		(39)	51	(39)	(4.729)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		143	92	316	5.045
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		104	143	277	316

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado (controladora e consolidado)

Exercícios findos em 31 de dezembro

(em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas (1)		-	-	151.124	173.798
Remuneração do ativo de contrato	22	-	-	121.682	146.422
Receita de operação e manutenção	22	-	-	27.899	26.673
Outras receitas	22	-	-	2.203	1.122
Parcela variável	22	-	-	(659)	(419)
Insumos adquiridos de terceiros (2)		694	324	28.569	28.267
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		641	265	23.215	25.197
Despesas gerais, administrativas e outros		53	59	5.354	3.070
Valor adicionado bruto (1) - (2) = (3)		(694)	(324)	122.555	145.531
Depreciação e amortização (4)		-	-	-	-
Valor adicionado líquido (3) - (4) = (5)		(694)	(324)	122.555	145.531
Valor adicionado recebido em transferência (6)		87.441	106.762	10.799	13.873
Resultado de equivalência patrimonial	14 (a)	85.192	99.817	-	-
Receitas financeiras	24	2.249	6.945	10.799	13.873
Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)		86.747	106.438	133.354	159.404
Distribuição do valor adicionado		86.747	106.438	133.354	159.404
Pessoal		-	-	12.831	10.932
Impostos federais		-	-	25.456	32.952
Juros	24	45.105	46.866	45.105	46.866
Custo de transação - debêntures	24	2.836	2.885	2.836	2.885
Outras despesas	24	994	2.441	9.315	11.523
Lucro líquido do exercício		37.812	54.246	37.812	54.246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nota		Página
Base de preparação		
1.	Contexto operacional	18
2.	Base de preparação	18
3.	Moeda funcional e moeda de apresentação	19
4.	Uso de estimativas e julgamentos	19
Políticas contábeis		
5.	Base de mensuração	19
6.	Sazonalidade	19
7.	Mudanças nas principais políticas contábeis	19
8.	Políticas contábeis materiais	20
9.	Novas normas e interpretações ainda não efetivas	28
Ativos		
10.	Títulos e valores mobiliários	28
11.	Concessionárias e permissionárias	29
12.	Ativo de contrato	29
13.	Impostos e contribuições a recuperar	29
14.	Investimentos	30
Passivos e Patrimônio Líquido		
15.	Debêntures	30
16.	Imposto de renda e contribuição social a recolher	33
17.	PIS e COFINS diferidos	33
18.	Imposto de renda e contribuição social diferidos	33
19.	Passivos contingentes	34
20.	Patrimônio líquido	34
Desempenho do ano		
21.	Lucro básico e diluído por ação	35
22.	Receita operacional líquida	35
23.	Serviços de terceiros	36
24.	Resultado financeiro	36
Tributos sobre o lucro		
25.	Imposto de renda e contribuição social	37
Outras informações		
26.	Transações com partes relacionadas	37
27.	Gestão de riscos financeiros	38
28.	Cobertura de seguros	42
29.	Eventos subsequentes	42

1 Contexto operacional

A Celeo Redes Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima aberta, foi constituída em 26 de junho de 2018 e está estabelecida na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto social a participação em outras sociedades, empresárias ou não empresárias, como sócia ou acionista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras e ainda participar de consórcio.

A Companhia possui participação de 100% no capital social das empresas LT Triângulo S.A. ("Triângulo") e Vila do Conde Transmissora de Energia S.A. ("Vila do Conde").

A Celeo Redes Brasil S.A. ("Celeo Redes") possui 100% de participação na Companhia, sendo controlada em conjunto pela Elecnor S.A. com 51% e a APG Infrastructure Pool 2012 com 49%.

(a) Registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2 de agosto de 2018 foi aprovada em assembleia geral extraordinária (AGE) a abertura do capital da Companhia e a submissão do pedido de registro de companhia aberta emissora de valores mobiliários na categoria "B" perante a CVM, nos termos da Instrução da CVM nº 480.

No dia 12 de dezembro de 2018, a CVM deferiu o registro da Companhia como emissor na categoria "B".

(b) Controladas

As controladas (também definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são concessionárias de transmissão de energia, com prazo de exploração de 30 anos, conforme informações a seguir.

	Contrato de concessão	Término do contrato	RAP		Redução da RAP	Indexador
			2022-2023	2023-2024		
Triângulo	004/2006	26/04/2036	146.710	109.562	Julho-2023	IPCA
Vila do Conde	003/2005	04/03/2035	67.972	64.935	Maio-2021	IGP-M

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards)) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 28 de fevereiro de 2024.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras (controladora e consolidado), e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras (controladora e consolidado), a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Itens sujeitos a essas estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato (nota explicativa 8.3), análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas esperadas de crédito, reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios. As estimativas e julgamentos são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras (controladora e consolidado) foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

6 Sazonalidade

As controladas da Companhia não possuem sazonalidade nas suas operações.

7 Mudanças nas principais políticas contábeis

Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 8 "políticas contábeis materiais" (Em 31 de dezembro de 2022: "Principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações.

8 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicado ao contrário.

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Pratique Statement 2) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras.

As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras.

A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas como políticas contábeis materiais (em 31 de dezembro de 2022: "principais políticas contábeis") em determinados casos, de acordo com as alterações.

8.1 Base de consolidação

(a) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(b) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas, se aplicável, são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

8.2 Instrumentos financeiros

(a) Reconhecimento e mensuração inicial

O grupo de contas concessionárias e permissionárias e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(b) Classificação e mensuração subsequente

i. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; (iii) ao VJORA - instrumento patrimonial; ou (iv) ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

ii. Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócios

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

iii. Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e (iv) os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

iv. Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

iv.1 Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

iv.2 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

iv.3 Instrumentos de dívida a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

iv.4 Instrumentos patrimoniais a VJORA

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

v. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(c) Desreconhecimento

i. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

ii. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(d) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

O Grupo não operou qualquer tipo de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.

8.3 Ativo de contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e as controladas regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pelas controladas.

De acordo com o contrato de concessão, as controladas são responsáveis por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, as controladas possuem duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, as controladas mantêm sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Até 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob o escopo do ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação, além da receita de remuneração da infraestrutura de concessão com base na Taxa Interna de Retorno ("TIR") de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA (Triângulo) e do IGP-M (Vila do Conde).

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as controladas nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção (entre 8% e 16%) de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, as controladas utilizaram um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção (entre 20% e 25%), considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, mensalmente, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica "Remuneração do ativo de contrato", utilizando a taxa de desconto (que varia entre 13% e 14%) definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio dos dois fluxos de caixa descritos a seguir:

- i. Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico ("ONS") conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.
- ii. Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

O impacto da transição do ativo financeiro para ativo de contrato foi reconhecido na conta de Reserva de lucros a realizar.

8.4 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração do Grupo.

8.5 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com IRPJ e CSLL compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que, quando aplicável, os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 32 – Tributos sobre o lucro.

(a) Despesas de imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(b) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios do Grupo.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

8.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

8.7 Provisão para perda esperada de crédito

A rubrica de “concessionárias e permissionárias” são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos.

8.8 Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: (i) valor contábil bruto do ativo financeiro; ou (ii) ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas são efetivas para exercícios iniciados para exercícios após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas novas e alteradas não possuem um impacto nas demonstrações financeiras da Companhia: (i) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7); (ii) Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06/IFRS 16); e (iii) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

A companhia está avaliando o possível impacto das alterações na classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1).

Embora normas novas ou alteradas que não tenham ou terão efeito material sobre as demonstrações financeiras não precisem ser fornecidas, a Companhia incluiu todas as normas novas ou alteradas nas demonstrações financeiras apenas para fins ilustrativos.

10 Títulos e valores mobiliários

		Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
CDB	(a)	58.651	448	106.259	58.394
Fundo de investimento - Cash Blue	(b)	-	7.818	-	7.818
		58.651	8.266	106.259	66.212

A aplicação financeira da Companhia foi proporcionada principalmente pelo recebimento dos dividendos das controladas Triângulo e Vila do Conde.

- (a) O Grupo aplicou seus recursos em Certificados de Depósito Bancário (CDB) no banco Santander Brasil e no banco Itaú, sendo o rendimento destes títulos atrelado ao Depósito Interbancário (DI). A taxa média de indexação dessas aplicações financeiras foi de 100,1% (101,5% em 2022) do DI com vencimento entre maio e dezembro de 2024.
- (b) Em outubro de 2023, o Grupo resgatou 100% do saldo aplicado no fundo "Cash Blue Renda Fixa referenciado DI fundo de investimento" no Banco Santander, cuja composição da carteira estava dividida em títulos públicos federais e operações compromissadas, para pagamento de obrigações de curto prazo. A rentabilidade do fundo (líquida de despesas, mas não de impostos) no exercício findo em 31 de dezembro 2022 foi de 12,1%.

11 Concessionárias e permissionárias

		Consolidado	
		2023	2022
A vencer		15.252	18.372
Até 3 meses		583	-
De 3 a 12 meses		1.527	937
Acima de 12 meses		2.087	1.500
Provisão para perda esperada de crédito	(a)	(2.087)	-
		17.362	20.809

- (a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reavaliou e provisionou a totalidade dos títulos vencidos a mais de 365 dias.

12 Ativo de contrato

	Triângulo	Vila do Conde	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2021	565.364	225.268	790.632
Remuneração do ativo de contrato	64.709	29.893	94.602
Recebimentos	(112.285)	(27.745)	(140.030)
Em 31 de dezembro de 2022	517.788	227.416	745.204
Remuneração do ativo de contrato	58.458	30.116	88.574
Recebimentos	(117.339)	(29.052)	(146.391)
Em 31 de dezembro de 2023	458.906	228.480	687.386

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	84.120	146.393
Não circulante	603.266	598.811
	687.386	745.204

13 Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda - juros sobre capital próprio	9.173	8.494	9.173	8.494
Imposto de renda - mútuo	3.418	3.165	3.418	3.165
Outros	1.107	1.108	1.584	1.467
	13.698	12.767	14.175	13.126

14 Investimentos

(a) Movimentação dos investimentos

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2021	384.354	226.822	611.176
Resultado de equivalência patrimonial	51.029	48.788	99.817
Dividendos recebidos	(30.144)	(36.457)	(66.601)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(24.238)	(24.393)	(48.631)
Em 31 de dezembro de 2022	381.001	214.760	595.761
Resultado de equivalência patrimonial	36.797	48.395	85.192
Dividendos recebidos	(73.239)	(24.394)	(97.633)
Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio	(17.479)	(24.197)	(41.676)
Em 31 de dezembro de 2023	327.080	214.564	541.644

(b) Informações financeiras resumidas das controladas

	Triângulo		Vila do Conde	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	84.041	161.512	84.576	84.390
Ativo não circulante	409.901	405.145	202.059	202.362
Passivo circulante	46.401	57.011	37.654	37.633
Passivo não circulante	120.459	128.645	34.419	34.359
Patrimônio líquido	327.082	381.001	214.562	214.760
Lucro líquido do exercício	36.797	51.030	48.395	48.787

15 Debêntures

		Controladora e Consolidado	
Debêntures	(a)	343.375	393.052
Custo de transação	(b)	(3.048)	(5.933)
Em 31 de dezembro de 2022 e 2021		340.327	387.119
Captação - 2ª Emissão	(c)	350.000	-
Custo de transação - 2ª Emissão	(b)	(2.304)	-
Juros - 2ª Emissão		7.888	-
Juros - 1ª Emissão		37.217	46.866
Amortização - principal - 1ª Emissão		(337.305)	(50.850)
Amortização - juros - 1ª Emissão		(42.883)	(45.693)
Amortização - custo de transação		2.836	2.885
Debêntures	(c)	358.292	343.375
Custo de transação	(b)	(2.516)	(3.048)
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022		355.776	340.327

- (a) A Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures no dia 15 de dezembro de 2018 destinadas ao pagamento integral dos financiamentos vigentes nas controladas, realização de contratos de mútuos *intercompany* e distribuição de recursos para a controladora da Companhia. O valor total captado foi de R\$ 565.000 e o recurso entrou na Companhia no dia 24 de dezembro de 2018. O saldo principal da dívida era corrigido CDI acrescido da taxa de juros de 0,75% ao ano. Os juros remuneratórios e o valor nominal unitário das debêntures eram pagos semestralmente, no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de maio de 2019 e o último na data de vencimento em 15 de novembro de 2023. A referida dívida já previa a alternativa de refinanciamento e foi liquidada, em 31 de outubro de 2023, por meio da 2ª emissão de debêntures no valor total de R\$ 350.000.
- (b) Refere-se aos custos com comissões bancárias e honorários advocatícios para obtenção das debêntures. A contra partida foi reconhecida no passivo circulante na rubrica de contas a pagar.
- (c) No dia 19 de outubro de 2023, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, no valor de R\$ 350.000 que foram destinadas ao resgate das debêntures da 1ª emissão, pagamento de custos da 2ª emissão e reforço de caixa. A liquidação da emissão ocorreu em 24 de outubro de 2023.

Sobre o saldo devedor incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias de DI - Depósito Interfinanceiro de um dia, acrescida da taxa de juros de 1,05% ao ano.

Os juros remuneratórios são pagos semestralmente nos dias 19 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 19 de abril de 2024 e o último na data de vencimento em 19 de outubro de 2025, e o principal será amortizado integralmente em uma única parcela na data de vencimento em 19 de outubro de 2025.

As informações de saldos do circulante e não circulante apresentadas no balanço patrimonial estão demonstradas a seguir.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Circulante	6.733	340.327
Não circulante	349.043	-
	355.776	340.327

As debêntures possuem cláusulas restritivas não financeiras e financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência.

As cláusulas de vencimento antecipado são usuais para esse tipo de operação e as principais cláusulas estão descritas a seguir: (a) Inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às debêntures e/ou prevista na escritura; (b) Qualquer operação que implique alteração da estrutura societária da Emissora sem a prévia e expressa anuência dos Debenturistas; (c) Liquidação, dissolução, extinção, pedido de recuperação judicial e declaração de falência da Companhia e/ou das controladas; (d) A Companhia deixar de ser uma sociedade por ações; (e) Distribuição de dividendos superior ao mínimo obrigatório caso esteja inadimplente com a escritura; (f) Aumento de capital nas controladas acima de R\$ 5.000 sem a prévia anuência dos debenturistas; e (g) Não atingimento seguintes índices financeiros (a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de no mínimo 1,05 ou (b) Dívida Líquida/EBITDA ajustado consolidado inferior a 3,80.

Com o encerramento da 1ª emissão de Debêntures em 31 de outubro de 2023 e tendo em vista que a 2ª emissão de Debêntures foi realizada em 19 de outubro de 2023 e seu primeiro pagamento é previsto para 19 de abril de 2024, não houve movimentação no serviço da dívida referente ao ativo em andamento. Sem amortização de principal ou pagamento de juros referente à 2ª emissão, o cálculo de ICSD não é aplicável para o novo ativo da companhia em 31 de dezembro de 2023.

i. Cálculo da Dívida líquida/EBITDA

O cálculo de EBITDA abaixo é de acordo com as definições que constam na escritura das debêntures

	2023
(+) Debêntures no curto prazo	7.888
(+) Debêntures no longo prazo	350.000
(-) Disponibilidades, caixa e títulos de valores mobiliários	(106.536)
(A) Dívida líquida	251.352
(+/-) Lucro/Prejuízo antes dos impostos de renda	54.025
(+/-) Resultado financeiro líquido negativo/positivo	38.595
(+/-) Perdas (desvalorização) por impairment/reversões de perdas anteriores	2.087
(-) Outras receitas operacionais	(2.203)
(+) PIS e COFINS diferidos por conta da aplicação CPC 47	(5.834)
(-) Receita com ativo financeiro da concessão	(88.574)
(-) Receita para cobertura dos gastos com operação e manutenção	(27.899)
(+) Receita Anual Permitida no exercício (menos as deduções da receita)	206.740
(+/-) Outros ajustes IFRS (i)	4.564
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	181.502
(A) Dívida líquida	251.352
(B) EBITDA Ajustado Consolidado	181.502
(C) Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado	1,38

- (i) Refere-se a outras diferenças oriundas da aplicação do ICPC 01 (R1) relacionadas às adições ao imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estava em conformidade com as cláusulas estabelecidas na escritura das debêntures.

16 Imposto de renda e contribuição social a recolher

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto de renda	12.735	14.220
Contribuição social	4.635	4.417
	17.370	18.637

17 PIS e COFINS diferidos

	Consolidado	
	2023	2022
PIS	7.962	9.003
COFINS	36.677	41.470
	44.639	50.473

A segregação entre circulante e não circulante está demonstrada a seguir.

	Consolidado	
	2023	2022
Circulante	5.693	11.167
Não circulante	38.946	39.306
	44.639	50.473

Os encargos são apurados sobre o ativo de contrato (diferença temporária) e são registrados contabilmente pelo Grupo. Tais valores serão amortizados até o término das concessões.

18 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2023	2022
Imposto de renda	85.243	90.954
Contribuição social	30.688	32.744
	115.931	123.698

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são diferenças temporárias. A posição em 31 de dezembro de 2023 e 2022 está demonstrada a seguir. Tais valores serão amortizados até o término das concessões.

	Consolidado	
	2023	2022
Pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente	115.931	123.698
	115.931	123.698

19 Passivos contingentes

(a) Servidão administrativa - Triângulo

A Companhia indeniza os proprietários por onde a linha de transmissão foi construída. Inicialmente a Companhia atribui o valor da indenização que é reconhecida inicialmente como custo do empreendimento. Caso o proprietário não concorde com o valor da indenização, ele aciona juridicamente a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor em risco provável é de R\$ 250.

O valor como risco de perda possível avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 1.080. Caso esse valor seja pago aos proprietários, a Companhia pode pedir à ANEEL a reabertura do processo de unitização e incluir esses gastos como custo do empreendimento.

(b) Tributário – Triângulo

A Companhia possui processos administrativos contra a Receita Federal do Brasil em virtude da utilização de créditos de IRPJ e CSLL, e que posteriormente não foram homologados.

Em 31 de dezembro de 2022 o valor em risco foi de R\$ 306 e foi avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Superior Tribunal Federal (STF) julgou os processos como improcedentes. Os processos foram suspensos não ocasionando nenhum custo para a Companhia.

(c) Vila do Conde

A Companhia entrou com ação contra a ANEEL e a ONS com o objetivo de suspender a realização dos descontos a título de parcela variável por indisponibilidade. Em 31 de dezembro de 2023 o valor em risco é de R\$ 551 (R\$ 522 em 31 de dezembro de 2022) e foi avaliado pela administração e suportado pelos assessores jurídicos como risco de perda possível.

20 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 85.600 dividido em 85.600 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Todas as ações são detidas pela Celeo.

(b) Reserva de lucros

i. Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 1.891 e R\$ 2.713, respectivamente.

ii. Dividendo mínimo obrigatório

O estatuto social da Companhia determina que os acionistas terão direito, em cada exercício social, aos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202 da lei 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 8.890 e R\$ 12.883, respectivamente.

iii. Dividendo adicional proposto

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e o dividendo mínimo obrigatório, mediante aprovação dos acionistas. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor destinado foi de R\$ 26.941 e R\$ 38.650, respectivamente.

Conforme Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada no dia 31 de março de 2023 e 27 de abril de 2023 os acionistas aprovaram o pagamento de R\$ 38.650 e R\$ 32.246 de dividendo adicional proposto, respectivamente.

iv. Retenção de lucros

Constituída com o lucro líquido após as destinações para a reserva legal e os dividendos mínimos obrigatórios, que será paga, mediante aprovação dos acionistas.

v. Reserva de lucros a realizar

Refere-se ao impacto da adoção do CPC 47/IFRS 15.

21 Lucro básico e diluído por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação.

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	37.812	54.246
Média ponderada das ações emitidas	85.600	85.600
	0,44	0,63

A Companhia não possui ações ordinárias diluídas, portanto o lucro básico e diluído por ação é o mesmo.

22 Receita operacional líquida

		Consolidado	
		2023	2022
Remuneração do ativo de contrato	(i)	121.682	146.422
Receita de operação e manutenção		27.899	26.673
Compartilhamento de instalação		2.203	1.122
Parcela variável		(659)	(419)
Receita bruta		151.125	173.798
PIS e COFINS correntes		(15.077)	(15.804)
PIS e COFINS diferidos		5.834	4.658
Encargos setoriais		(7.861)	(8.106)
Deduções da receita		(17.104)	(19.252)
Receita operacional líquida		134.021	154.546

- (i) A redução observada entre os exercícios refere-se ao processo de redução da RAP da Triângulo conforme nota explicativa 1(b).

23 Serviços de terceiros

(a) Custos operacionais

		Consolidado	
		2023	2022
Serviço de operação e manutenção	(i)	(5.617)	(5.485)
Reparo e manutenção das instalações de transmissão	(ii)	(5.178)	(7.622)
Consultorias		(740)	(257)
Contrato de compartilhamento de instalação		(1.744)	(1.670)
Vigilância e segurança		(677)	(335)
Manutenção de faixa		(749)	(1.293)
Diversos		(503)	(738)
		(15.208)	(17.399)

- i. Refere-se a prestação de serviço para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão realizado pela Celeo, veja nota explicativa 27.
- ii. Refere-se aos custos que o Grupo teve para reparo e manutenção das suas linhas de transmissão.

(b) Despesas operacionais

		Consolidado	
		2023	2022
Prestação de serviços administrativos	(i)	(5.607)	(5.607)
Consultorias		(867)	(792)
Diversos		(337)	(326)
		(6.811)	(6.725)

- i. Refere-se a prestação de serviços administrativos realizados pela Celeo, veja nota explicativa 26.

24 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Rendimento de aplicação financeira	2.249	4.851	10.799	13.873
Receita de juros do mútuo	-	2.094	-	-
Receitas financeiras	2.249	6.945	10.799	13.873
Juros das debêntures	(45.105)	(46.866)	(45.105)	(46.866)
Custo de transação - debêntures	(2.836)	(2.885)	(2.836)	(2.885)
Outras despesas	(994)	(2.441)	(1.453)	(3.467)
Despesas financeiras	(48.935)	(52.192)	(49.394)	(53.218)
	(46.686)	(45.247)	(38.595)	(39.345)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2023	2022
Resultado antes dos impostos	54.025	76.002
Despesa de IRPJ e CSLL à alíquota nominal de 34%	(18.368)	(25.841)
(Adições) exclusões	2.155	4.085
Despesa de IR e CS à alíquota efetiva	(16.213)	(21.756)
Alíquota efetiva	30%	29%

26 Transações com partes relacionadas

(a) Dividendos e juros sobre capital próprio a receber

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2021	43.209	22.553	65.763
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	30.145	36.457	66.602
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(73.354)	(59.010)	(132.364)
Constituição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios	21.782	24.394	46.176
Em 31 de dezembro de 2022	21.782	24.394	46.176
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	24.239	24.394	48.633
Aprovação para pagamento de dividendos adicionais	49.000	-	49.000
Pagamento de dividendos	(95.021)	(48.787)	(143.808)
Constituição de juros sobre capital próprio e dividendos mínimos obrigatórios	15.679	24.197	39.876
Em 31 de dezembro de 2023	15.679	24.198	39.876

(b) Mútuo

	Controladora	
	Resultado	
	2023	2022
Triângulo	-	2.094
	-	2.094

No dia 31 de dezembro de 2018, a Companhia celebrou contratos de mútuo com as suas controladas no valor total de R\$ 150.000 com a Triângulo e R\$ 29.500 com a Vila do Conde, com previsão de pagamento em parcelas semestrais, iguais e sucessivas, pelo período de 48 meses a contar da data de desembolso, com atualização indexada a 100% do certificado de depósito bancário (CDI) e juros remuneratórios de 3% ao ano. Com o recurso do mútuo, as controladas quitaram integralmente os financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 13 de maio 2022 e 11 de novembro de 2021 a Triângulo e Vila do Conde, respectivamente, quitaram integralmente o Mútuo valendo-se de prerrogativa contratual que permite o pagamento antecipado sem acréscimos.

A movimentação do mútuo está demonstrada a seguir:

	Triângulo	Vila do Conde	Controladora
Em 31 de dezembro de 2021	37.679	153	37.832
Receita de Juros	2.094	-	2.094
Recebimento de principal e Juros	(38.818)	-	(38.818)
IOF	(955)	(153)	(1.108)
Em 31 de dezembro de 2022	-	-	-

(c) Dividendos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021	23.994	55.322
Aprovação dos dividendos oriundos das reservas de lucros	38.650	32.246
Pagamento de dividendos	(62.644)	(76.457)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	8.980	12.883
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022	8.980	23.994

(d) Transações comerciais

	Consolidado	
	Resultado	
	2023	2022
Triângulo	(6.526)	(6.527)
Vila do Conde	(4.699)	(4.565)
	(11.225)	(11.092)

Refere-se ao contrato que as controladas Triângulo e Vila do Conde possuem com a Celeo Redes para operação e gerenciamento de manutenção das instalações de transmissão e para prestação de serviços administrativos.

(e) Transações com a controladora

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a companhia possui o montante a pagar de R\$ 2.509 e R\$ 2.371, respectivamente, referente a despesas pagas pela Celeo.

(f) Remuneração da administração

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve atribuição de pagamentos realizados pela Companhia aos seus administradores, uma vez que os mesmos recebem um salário unificado, pago pela Celeo e outras afiliadas do mesmo grupo econômico, considerando o compartilhamento de despesas corporativas comuns, em virtude da atuação dos administradores em todas as empresas do grupo.

27 Gestão de riscos financeiros

(a) Considerações gerais e políticas

O Grupo administra seus capitais investidos para assegurar que possa continuar suas atividades e maximizar o retorno dos seus acionistas. O gerenciamento de riscos tem por objetivo identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela administração, tais como os riscos (i) de capital, (ii) de mercado, (iii) de crédito e (iv) de liquidez. O Grupo não operou qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo nos exercícios apresentados.

i. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno adequado aos acionistas e demais partes interessadas, e buscando manter uma estrutura de capital em linha com seu plano de negócios e seus objetivos.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de determinados ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

ii. Gestão de risco de mercado

Este risco é oriundo da possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço, que impactem as despesas financeiras relativas a financiamentos ou o rendimento das aplicações financeiras. Atualmente, o custo de financiamento do Grupo possui taxas pré-fixadas.

iii. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade do Grupo incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

iii.1 Risco de crédito das contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade do Grupo incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Como forma de gerenciamento e mitigação do risco de inadimplência, o Grupo monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, em conformidade com a regulamentação regulatória. Na hipótese de haver pendência de pagamento, o Grupo, na qualidade de agente de transmissão, pode encaminhar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pedido de acionamento do mecanismo de garantia financeira, cujo fornecimento é obrigatório para todos os usuários do Sistema Interligado Nacional (SIN).

iii.2 Risco de crédito com instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, o Grupo segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco por meio da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras consideradas de primeira linha.

O Grupo realiza o acompanhamento da exposição com cada contraparte, mediante avaliação de seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating para as instituições financeiras com as quais o Grupo possui operações em aberto.

iv. Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, analisando possíveis descasamentos entre recebimentos e desembolsos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa e dos planos de investimento permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Nos casos em que há sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo, com o objetivo de preservar a liquidez do Grupo e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

A tabela a seguir: (i) apresenta o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros; (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base nos anos em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações; e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

	2024	2025
Debêntures	42.802	384.800
	42.802	384.800

(b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua testes de análise de sensibilidade conforme requerido pelas normas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos em aberto no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na realização do teste, o Grupo assume que o valor apresentado estivesse em aberto durante todo esse exercício apresentado.

Foram preparados três cenários de análise de sensibilidade: (i) provável* - considera as taxas de juros futuros observados nesta data base; (ii) redução de 25%; e (iii) redução de 50% do cenário provável, respectivamente.

	Risco	Consolidado		
		Cenários		
		(i)	(ii)	(iii)
Aplicação financeira	Redução do CDI	(12.485)	(9.364)	(6.243)
Debêntures	Aumento do CDI	41.804	31.353	20.902

* Fonte: O CDI para o cenário provável (11,75%) foi considerada conforme relatório Focus de 29 de dezembro de 2023.

(c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

		Hierarquia do valor justo	Consolidado			
			2023		2022	
			Custo amortizado	VJR	Custo amortizado	VJR
Caixa e equivalente de caixa			277	-	317	-
Títulos e valores mobiliários	10	Nível II	-	106.259	-	66.212
Concessionárias e permissionárias	11		17.362	-	20.809	-
Ativos Financeiros			17.639	106.259	21.126	66.212
Fornecedores			4.865	-	4.430	-
Debêntures	15		358.292	-	343.375	-
Passivo Financeiro			358.292	-	343.375	-

(d) Valor justo e hierarquia dos ativos e passivos financeiros

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados.

Os valores justos de equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente segue os níveis: (i) nível I - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração; (ii) nível II - são informações, que não os preços cotados incluídos no nível I, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e (iii) nível III - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Todos os ativos e passivos financeiros foram classificados no nível II e não houve transferências de níveis no exercício.

(e) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

Exceto conforme detalhado na tabela a seguir, a Administração considera que os valores contábeis dos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, reconhecidos nessas informações financeiras, se aproximam dos seus valores justos.

		Hierarquia do valor justo	2023		2022	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 1ª Emissão	15	Nível II	-	-	343.375	343.375
Debêntures - 2ª Emissão	15	Nível II	358.292	358.344	-	-
			358.292	358.344	343.375	343.375

As debêntures são classificadas como "outros passivos financeiros ao custo amortizado" e a Administração avaliou que seu valor contábil se aproxima do seu valor justo, exceto quando essas debêntures possuem cotações divulgadas pela ANBIMA conforme negociações ocorridas no mercado secundário na data do balanço. O mercado secundário Bolsa, Balcão é considerado ativo pois os preços cotados estão disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, permitindo que as cotações reflitam transações de mercado reais que ocorreram em bases puramente comerciais. Contudo, cabe esclarecer que a precificação de debêntures é prejudicada pela incipiência do mercado de capitais levando à formação de preços com baixíssima amostragem.

Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

28 Cobertura de seguros

O Grupo possui como política a contratação de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade e que são julgados suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros, exceto para as linhas de transmissão. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos das linhas de transmissão e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros está demonstrada abaixo:

		Data de vigência	Importância segurada
Risco operacional	Triângulo	30.06.2023 a 30.06.2024	125.135
Responsabilidade civil	Triângulo	30.06.2023 a 30.06.2024	20.000
D&O	Triângulo	30.06.2023 a 30.06.2024	50.000
Veículos	Triângulo	30.05.2023 a 30.05.2024	1.124
Risco operacional	Vila do Conde	30.06.2023 a 30.06.2024	46.617
Responsabilidade civil	Vila do Conde	30.06.2023 a 30.06.2024	20.000
D&O	Vila do Conde	30.06.2023 a 30.06.2024	50.000
Veículos	Vila do Conde	30.05.2023 a 30.05.2024	986
D&O	CRTE	30.06.2023 a 30.06.2024	50.000

29 Eventos subsequentes

(a) Pagamento de juros sobre capital próprio (JSCP)

Em 31 de janeiro de 2024 a Triângulo realizou o pagamento de JSCP no montante de R\$10.200.

José Maurício S. de Souza
Diretor

Marcus Hansen Balata
Diretor

Luiz Carlos Leite
Diretor relação com
investidores

Bruno M. S. M. Melo
Contador
CRC-RJ 111193/O-8